

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR MINISTRO EDSON  
FACHIN DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

**CONCLUSÃO COM URGÊNCIA**

**REF. PROCEDIMENTO PGR 0326813/2017**

**REF. PETIÇÃO 7003/STF**

**JOESLEY MENDONÇA BATISTA e RICARDO SAUD**, já qualificados nos autos epigrafados, por seus advogados, vêm respeitosamente à presença de Vossa Excelência expor e requerer:

Na data de hoje, o jornal Estadão divulgou a notícia de que o Procurador Geral da República, Rodrigo Janot, requereu a prisão preventiva dos Petitionários, no âmbito do procedimento de revisão de seus acordos de colaboração premiada (doc.1).



Caso tal notícia seja verdadeira, uma vez que o pleito tornou-se público, não se justifica mais a imposição de um contraditório diferido, sendo de rigor a observância do §3º do art. 282 do CPP <sup>1</sup>.

Dessa forma, em prol do contraditório e da ampla defesa, requer-se a intimação dos peticionários, bem como a cópia do requerimento e das peças necessárias, para manifestação, consoante o texto legal mencionado.

Caso haja qualquer dúvida sobre a intenção dos Peticionários em submeterem-se à lei penal, ambos desde já deixam à disposição seus passaportes, aproveitando para informar que se colocam à disposição para comparecerem a todos os atos processuais para prestar esclarecimentos, da mesma forma com que têm colaborado com a Justiça até o presente momento.

Pede deferimento.

Brasília, 8 de setembro de 2017

Pierpaolo Cruz Bottini

OAB/SP 163.657

Ana Fernanda Ayres Dellosso

OAB/SP 291.728

---

<sup>1</sup>. Art. 282, § 3º, *in verbis*: “*Ressalvados os casos de urgência ou de perigo de ineficácia da medida, o juiz, ao receber o pedido de medida cautelar, determinará a intimação da parte contrária, acompanhada de cópia do requerimento e das peças necessárias, permanecendo os autos em juízo*”.